



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, de 2018.
(Do Sr. Uldurico Junior)

Requer informações ao Ministério da Fazenda, por meio da Caixa Econômica Federal, sobre a decisão desta empresa de romper de forma autoritária e sem discussão o contrato de arrecadação das faturas de energia elétrica pagas pelos consumidores através das Casas Lotéricas, conforme comunicado feito pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro da Fazenda, Eduardo Refinetti Guardia, por meio da Caixa Econômica Federal (CEF), pedido de informações, sobre os motivos, estudos e atas de reuniões com os lotéricos que justifiquem o rompimento do contrato de arrecadação das faturas de energia elétrica da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) através das Casas Lotéricas, que acontece desde 1º de junho de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

Os consumidores e lotéricos da Bahia absurdamente foram surpreendidos com a decisão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), que rompeu o contrato de arrecadação das faturas de energia elétrica através das Casas Lotéricas a partir de 1º de junho de 2018, alegando que a Caixa cobrou um aumento de mais de 50% (cinquenta por cento) na tarifa, o que motivou a quebra do contrato.

Já constam, inclusive, no site da COELBA informações aos clientes sobre as formas de pagamento das contas de luz. Elas poderão ser feitas nos caixas eletrônicos, nas contas bancárias por meio de débitos automáticos, supermercados, lojas de roupas e outros produtos, além de drogarias e alguns bancos. Contudo, para saber exatamente onde pagar o consumidor deverá fazer uma pesquisa no site, averiguando se o estabelecimento está credenciado a receber a quitação da conta.

Nas listas de locais aptos a receberem o pagamento, não constam mais as Casas Lotéricas ou qualquer aviso de comunicação que explique de maneira clara e objetiva que estes estabelecimentos não receberão mais as contas. De acordo com a COELBA, o “rompimento de contrato” se dá pelo aumento abusivo das taxas, que conforme dito anteriormente, foi superior a 50%.

Em virtude de todo esse caos, os consumidores da COELBA, que agora não contam mais com os serviços das Casas Lotéricas, se encontram em uma situação de total



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal ULDURICO JUNIOR

desrespeito e descaso. Os poucos estabelecimentos que permitem o pagamento da fatura do convênio possuem filas enormes, e causam enorme dificuldade para o consumidor e para a população baiana.

Portanto, os consumidores, que há pouco tempo, bastava entrar numa casa lotérica (único local em muitos municípios, principalmente os do interior, que realizam serviços bancários à população mais pobre) para conseguir pagar suas contas, agora terão que entrar no site da COELBA para saber quais são os agentes arrecadadores dos pagamentos das faturas, e assim, se deslocar para tal local, na certeza de ter de encarar filas grandes e lentas, e na empecilho de não conseguir efetuar o pagamento da fatura.

Toda essa situação fere de maneira absurda o Código de Defesa do Consumidor e os princípios de eficiência administrativa e transparência dos atos públicos, além das prerrogativas do consumidor baiano, ocasionando enormes prejuízos à população e às Casas Lotéricas que sequer foram consultadas ou comunicadas sobre o rompimento do contrato feito pela Caixa, sendo essencial que essa Casa conheça os motivos, o processo e os estudos que motivaram essa decisão.

Sala das sessões, em junho de 2018.

ULDURICO JUNIOR
DEPUTADO FEDERAL PPL/BA